

*Governo e representação política em tempos de crise: o parlamento português durante a Grande Guerra* – PAULO JORGE FERNANDES

*ICS, Universidade de Lisboa*

[paulojorgefernandes@sapo.pt](mailto:paulojorgefernandes@sapo.pt)

Durante a Primeira República o parlamento funcionou como um dos principais centros da vida política do país. Para além de operar como órgão de soberania era no Congresso que se desenvolvia grande parte da actividade partidária. Todavia, a importância da instituição na arquitectura dos poderes desenhados para suportar o regime saído das barricadas do 5 de Outubro poucas vezes foi proporcional à imagem que os representantes da nação projectavam de si próprios. Os editoriais e os articulistas nos jornais, os oradores que inflamavam comícios na rua e os publicistas que deixavam a sua opinião nos muitos opúsculos escritos na época, consideravam os deputados e os senadores, no seu conjunto, como um corpo político deficientemente preparado, de duvidosa legitimidade eleitoral, indisciplinado e conflituoso. Quando se reuniam trabalhavam pouco e mal. Neste quadro, a opinião pública adoptou uma visão negativa sobre o funcionamento e a actividade da instituição parlamentar, mais dada a criar confusões do que a resolver os problemas do país. Tal perspectiva, que era já dominante à entrada do último quartel do século XIX, acentuou-se durante a fase final da Monarquia Constitucional e agudizou-se após a proclamação da República. A agitação política contínua e a crise social permanente, agravadas com a eclosão da Grande Guerra, nunca devolveram a dignidade institucional indispensável à normalização do aparelho legislativo. A instabilidade deste período histórico foi, em larga escala, atribuída à volubilidade do Congresso e foi contra tal desordem que os apoiantes da Ditadura Militar e do Estado Novo reagiram recriando uma representação pessimista sobre o parlamento ainda hoje largamente difundida.

A presente comunicação, que se insere num projecto internacional coordenado por Pedro Tavares de Almeida (Universidade Nova de Lisboa) e Javier Moreno Luzón (Universidad Complutense de Madrid), intitulado “Das Urnas ao Hemiciclo. As eleições, os deputados e a actividade parlamentar em Espanha (1875-1923) e Portugal (1878-1926)”, pretende traçar uma perspectiva mais aproximada sobre o papel político e

o funcionamento do parlamento em Portugal, bem como da sua relação com o poder executivo, centrando a sua atenção no período que decorreu entre 1914 e 1918, discutindo de que modo a guerra afectou os ténues equilíbrios políticos adquiridos até então e os condicionou no futuro. Numa primeira parte procura-se analisar os contornos da relação entre o parlamento e o governo através da observação comparativa dos padrões de estabilidade ministerial e legislativa; da cor política e do formato dos próprios ministérios e do seu relacionamento com a Câmara dos Deputados e Senado; das respectivas causas do afastamento dos sucessivos governos de funções executivas para apurar a importância do parlamento em tal desfecho. Já na segunda parte, destacam-se e examinam-se algumas características próprias mais específicas da actividade parlamentar, como sejam a frequência anual das sessões; a assiduidade dos membros de ambas as câmaras; a forma como se organizava o trabalho legislativo por via da análise da evolução dos Regimentos; as fontes, o volume e os temas da iniciativa legislativa, terminando com a análise da organização e a divisão do trabalho parlamentar por via das comissões.